

Direito à Prisão Domiciliar Humanitária: Fundamentos Jurídicos e Aplicações

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | setembro 2, 2024



A prisão domiciliar humanitária é uma medida alternativa à prisão convencional, que visa assegurar a dignidade e os direitos fundamentais dos indivíduos em situações excepcionais. No Brasil, essa modalidade de prisão está prevista na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) e encontra respaldo em princípios constitucionais e normativos internacionais.

Fundamentos Jurídicos

Princípios Constitucionais

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 5º, os direitos e garantias fundamentais, incluindo a dignidade da pessoa humana (inciso III) e a proibição de penas cruéis ou degradantes (inciso XLVII). Esses princípios são essenciais para justificar a concessão da prisão domiciliar humanitária, especialmente em casos onde a manutenção do indivíduo no sistema prisional possa representar uma violação desses direitos.

Lei de Execução Penal

A Lei de Execução Penal (LEP), em seu artigo 117, prevê a possibilidade de concessão de prisão domiciliar para presos que se enquadrem em determinadas condições, tais como:

1. Presos Portadores de Doenças Graves: O inciso II do artigo 117 da LEP permite a prisão domiciliar para presos acometidos por doenças graves, que exijam tratamento médico contínuo e especializado, que não possa ser adequadamente fornecido no ambiente prisional.
2. Presas Gestantes ou Mães de Crianças: O inciso III do mesmo artigo prevê a possibilidade de prisão domiciliar para presas gestantes ou que sejam mães de crianças com até 12 anos de idade, visando a proteção dos direitos da criança e a preservação do vínculo materno.
3. Pessoas Idosas: O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) e o próprio artigo 117 da LEP, em seu inciso I, estabelecem que presos com idade igual ou superior a 70 anos podem ser beneficiados com a prisão domiciliar, considerando a vulnerabilidade dessa faixa etária.

Normas Internacionais

A Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros tratados

internacionais dos quais o Brasil é signatário, como as Regras de Mandela (Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos), também reforçam a necessidade de tratamento humanitário para presos, especialmente aqueles em condições de saúde debilitada ou em situações de vulnerabilidade.

Aplicações Práticas

A concessão da prisão domiciliar humanitária não é automática e deve ser analisada caso a caso, levando em consideração laudos médicos, relatórios sociais e outros documentos que comprovem a situação excepcional do preso. A decisão cabe ao juiz da execução penal, que deve ponderar os princípios da dignidade humana e da proporcionalidade, buscando um equilíbrio entre a necessidade de cumprimento da pena e a preservação dos direitos fundamentais do indivíduo.

Conclusão

A prisão domiciliar humanitária representa um importante mecanismo de proteção dos direitos humanos no sistema penal brasileiro. Fundamentada em princípios constitucionais, legislação nacional e normas internacionais, essa medida visa garantir que, mesmo no cumprimento de uma pena, os indivíduos não sejam submetidos a condições que possam agravar seu estado de saúde ou violar sua dignidade. A aplicação criteriosa e justa dessa modalidade de prisão é essencial para a promoção de um sistema de justiça mais humano e equitativo.